



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Nacional On-line

Nesta edição 15 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 30 de junho de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO ANFAVEA PEDE APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO BATISTA CONTRARIA GOVERNO E ATACA LAGARDE NO FMI..... VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO MERCOSUL PRECISA SE PROTEGER, DIZ DILMA..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO OPOSIÇÃO QUER EXPLICAÇÕES DE LUCIANO COUTINHO..... VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O ESTADO DE SÃO PAULO PIMENTEL ADMITE NOVAS MEDIDAS PARA RESTRINGIR DÓLAR..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
O ESTADO DE SÃO PAULO PIMENTEL ATACA BANCOS E DEFENDE APOIO DO BNDES AO PÃO DE AÇÚCAR VEICULAÇÃO NACIONAL	6
O ESTADO DE SÃO PAULO REVISÃO DA FOLHA SALARIAL SERÁ GRADUAL VEICULAÇÃO NACIONAL	7
FOLHA DE SÃO PAULO CONSUMO DA CLASSE C IMPULSIONA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO PAÍS..... VEICULAÇÃO NACIONAL	8
FOLHA DE SÃO PAULO GOVERNO PREPARA MEDIDAS PARA O SETOR INDUSTRIAL VEICULAÇÃO NACIONAL	9
FOLHA DE SÃO PAULO PROIBIDA A VENDA DE APARELHOS ELÉTRICOS COM PLUGUE ANTIGO VEICULAÇÃO NACIONAL	10
FOLHA DE SÃO PAULO FUSÃO NÃO TERÁ DINHEIRO PÚBLICO, DIZ GLEISI VEICULAÇÃO NACIONAL	11
FOLHA DE SÃO PAULO DILMA QUER PROTEGER MERCOSUL DE ‘‘INVASÃO’’ VEICULAÇÃO NACIONAL	12
VALOR ECONÔMICO DILMA PROPÕE QUE MERCOSUL ADOTE MECANISMOS PARA CONTER IMPORTAÇÕES VEICULAÇÃO NACIONAL	13
VALOR ECONÔMICO PARA PIMENTEL, SIDERÚRGICAS DO BRASIL DEVERIAM BAIXAR PREÇO DO AÇO VEICULAÇÃO NACIONAL	14
CORREIO BRAZILIENSE MERCOSUL BUSCA UNIÃO VEICULAÇÃO NACIONAL	15

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO ANFAVEA PEDE APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Entidade defende que o mercado brasileiro seja abastecido com produto nacional e não combr veículos importados

Cleide Silva - O Estado de S.Paulo

Em menos de dez anos, o Brasil terá um mercado de 6 milhões de veículos, cálculo feito com base no crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) até 2020. A discussão travada hoje entre a cadeia produtiva automobilística e o governo é quem vai atender essa demanda: a indústria nacional ou a importação?

Estudo da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e da PricewaterhouseCoopers apresentado ao governo neste mês mostra que o custo de produção de um carro médio no Brasil é 60% mais caro que na China. Em relação ao México é 20% maior e, na comparação com a Índia, 5%.

Os dados levam em conta preços de matéria-prima como aço, custo de capital, de mão de obra, energia e horas gastas para administrar a burocracia tributária, entre outros. Somado a isso, está o câmbio, que atualmente favorece as importações, enquanto as exportações diminuem.

"Temos o mercado e precisamos decidir quem vai abastecê-lo", disse ontem o presidente da Anfavea, Cledorvino Belini. Na visão da entidade, a alternativa para ganhar competitividade é o País investir em inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Pela primeira vez, as montadoras não pediram ao governo redução de tributos nem mudança no câmbio.

"Essa é uma realidade com a qual teremos de conviver". Mas sugeriram uma política industrial que acelere investimentos em pesquisa e desenvolvimento e que certamente inclui desonerações.

Belini citou como exemplo de projeto de inovação que precisa de apoio financeiro o desenvolvimento de novos materiais à base de vegetais, como sisal e bambu, que podem substituir matérias-primas derivadas do petróleo e do plástico. "A última inovação disruptiva que fizemos foi o etanol e o flex", citou.

Segundo Belini, o governo criou grupo formado por integrantes dos Ministérios do Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e Fazenda para estudar ações concretas que devem fazer parte da nova política industrial a ser lançada em julho.

Para o executivo, um projeto que permita às empresas desenvolver tecnologia nacional ajudará o País a ser mais competitivo e, com isso, a reduzir o déficit da balança comercial do setor automotivo, que é de US\$ 6 bilhões. "A reversão pode ocorrer já a partir de 2015 ou 2016", disse Belini.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO BATISTA CONTRARIA GOVERNO E ATACA LAGARDE NO FMI		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Economista que representa o Brasil no Fundo queixa-se da falta de espaço para os países emergentes e diz que processo de escolha foi "insatisfatório"

O Estado de S.Paulo

WASHINGTON

O economista Paulo Nogueira Batista, que representa o Brasil e oito nações sul-americanas e caribenhas no comitê executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI), criticou, em entrevista à BBC, a escolha da ministra de Finanças da França, Christine Lagarde, para chefiar a instituição. Suas declarações contrariam a posição do governo brasileiro, que votou na francesa.

Batista qualificou de "altamente insatisfatório" o processo que resultou na eleição de Lagarde em detrimento do representante dos países emergentes, o presidente do Banco Central do México, Agustín Carstens.

"Era uma eleição predeterminada", afirmou. "Enquanto os países europeus permanecerem unidos em torno de um nome único, e houver a percepção de que os Estados Unidos concordarão com ele - e tem sido assim desde o início -, o processo será muito desequilibrado."

A escolha de Lagarde, 55 anos, confirmou a tradição segundo a qual um europeu ocupa a direção do FMI, enquanto o Banco Mundial fica com um americano. Ela será a 11.º indicada europeia e a primeira mulher a chefiar o Fundo. Para o representante brasileiro, o órgão tem "uma distribuição muito distorcida do poder de voto que permite a continuidade dessa regra arcaica".

Batista disse que Carstens foi "muito corajoso" de entrar na disputa, "mas o fato é que nós (os países emergentes) estamos muito longe do que precisamos, que é uma eleição independente de nacionalidade".

"Tínhamos muitos candidatos com potencial, incluindo candidatos de dentro dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Mas, no curto período entre a renúncia de

Dominique Strauss-Khan e a seleção do novo diretor, era difícil convencer algum deles a se candidatar."

"Especialmente quando tínhamos a percepção de que a Europa estava desesperada por manter a posição, aliás, contradizendo a declaração que fizeram em 2007, quando as autoridades europeias disseram que Strauss-Khan seria o último representante europeu a ser eleito segundo essa convenção arcaica."

Dureza ou leniência. A substituição prematura de Strauss-Kahn foi anunciada pelo FMI em 20 de maio, depois que o então diretor-gerente foi obrigado a abrir mão do cargo, implicado em denúncias de agressão sexual e tentativa de estupro por uma camareira de hotel em Nova York. Ele permanece em prisão domiciliar nos EUA enquanto aguarda julgamento.

Analistas concordam que o maior desafio a ser enfrentado pela nova diretora-gerente do FMI será lidar com a crise grega e o risco que representa para todas as outras economias interdependentes da zona do euro e da Europa em geral.

Para os críticos, o fato de ser proveniente de um país europeu é razão para desconfiar que a francesa possa ser leniente em relação ao remédio requerido para solucionar a crise grega.

Para Domenico Lombardi, membro do comitê executivo do FMI entre 2001 e 2005, esta é justamente uma vantagem de Lagarde em relação a nomes de um emergente. "Ela vai estar em uma posição de conclamar seus colegas, os ministros das Finanças europeus, a agir de forma mais agressiva para solucionar a crise do euro", disse. / BBC BRASIL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO MERCOSUL PRECISA SE PROTEGER, DIZ DILMA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente faz pressão durante cúpula, em Assunção, para que sejam adotadas medidas que evitem a invasão de produtos de fora do bloco

Lisandra Paraguassu e Ariel Palacios - O Estado de S.Paulo

ENVIADOS ESPECIAIS/ASSUNÇÃO

O Brasil propôs aos sócios do Mercosul a possibilidade de aumentar tarifas por períodos determinados para proteger os mercados locais de "invasões" de produtos de fora do bloco. A medida de proteção, proposta pelo governo brasileiro há alguns meses, ainda não foi analisada pela Comissão de Comércio do grupo, mas o Brasil aumentou a pressão para que haja uma solução em breve.

A cobrança pública foi feita ontem pela presidente Dilma Rousseff em discurso na abertura da 41.ª Cúpula do Mercosul, em Assunção, Paraguai. "Precisamos avançar no desenvolvimento de mecanismos comunitários que venham a reequilibrar a situação. Noto que está em discussão, na Comissão de Comércio, uma proposta brasileira que permite atender a essa preocupação", disse a presidente. Dilma solicitou que haja uma resposta durante o período em que o Uruguai presidirá o bloco, ou seja, nos próximos seis meses.

A intenção brasileira é que produtos que venham de países fora do Mercosul possam receber tarifa mais alta do que a praticada regularmente pelo bloco em caso de um excesso no mercado local. Para isso, bastaria um dos membros propor o valor e o período determinado que essa tarifa valeria e os demais países do bloco aceitarem.

"Existem alguns produtos muito subsidiados, há casos de desova de estoque que causam distorções no mercado. São casos especiais", explicou o diretor do departamento do Mercosul, embaixador Bruno Bath.

Proteção. O governo brasileiro usa como argumento a necessidade de proteção dos mercados locais para garantir o

crescimento dos países do bloco. "Devemos cuidar para que nossos mercados venham a servir de estímulo ao nosso crescimento, desenvolvendo e gerando emprego e renda para nossos povos", argumentou Dilma. "Nos países do Mercosul, devemos estar bem atentos ao que se passa no mundo.

Nesse momento de excepcional crescimento da região, identificamos que alguns parceiros de fora buscam vender-nos produtos que não encontram mercado no mundo rico."

Aparentemente uma ideia razoável - o mesmo já é feito ao contrário, para baixar tarifas em caso de necessidade de um membro do bloco -, a proposta brasileira encontra resistências do Paraguai e do Uruguai.

Em entrevista no final da tarde de ontem, os chanceleres Jorge Lara Castro e Luis Almagro tentaram, diplomaticamente, mostrar que ainda precisam analisar o impacto que a medida pode ter em seus países.

Paraguai e Uruguai são beneficiados pela triangulação de mercadorias que entram no Mercosul de outros países. Produtos exportados da União Europeia ou da China, por exemplo, são repassados para Brasil e Argentina como vendas internas do bloco.

A proposta brasileira mira esses produtos, já que as tarifas poderiam ser aplicadas de acordo com a origem inicial da mercadoria, ou seja, do local onde foi produzida. "É uma proposta a analisar. Tem de ter um marco de referência mais claro e pontual", disse Luís Almagro. "Quando digo isso quero dizer de que produtos estamos falando e que objetivos se perseguiriam com essas medidas", completou.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO OPOSIÇÃO QUER EXPLICAÇÕES DE LUCIANO COUTINHO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Eduardo Bresciani - O Estado de S.Paulo

A oposição quer convidar o presidente do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), Luciano Coutinho, para explicar o papel da instituição no processo de fusão das redes Pão de Açúcar e Carrefour. O **BNDES** admitiu que pode investir até R\$ 4,5 bilhões no negócio.

Os requerimentos solicitando explicações de Coutinho serão protocolados nas comissões de Finanças e Tributação, Fiscalização Financeira e Controle e Defesa do Consumidor da Câmara. Parlamentares oposicionistas pretendem levantar a bandeira de que o dinheiro seria mais bem usado se fosse colocado à disposição de pequenas e médias empresas brasileiras.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO PIMENTEL ADMITE NOVAS MEDIDAS PARA RESTRINGIR DÓLAR		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Lu Aiko Otta - O Estado de S.Paulo

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel, disse ontem que o governo pode adotar novas medidas para restringir o trânsito de dólares no mercado financeiro brasileiro.

Em reunião na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara, o ministro foi questionado sobre medidas emergenciais para elevar a cotação do dólar. PIMentel respondeu que esse não é o tema de sua pasta, mas

ressalvou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem feito o que é possível.

"O que ele está fazendo, e acho que vai fazer mais, é aplicar um rigor maior na entrada de investimentos não produtivos. Coloca IOF na entrada, e no limite pode estudar uma regra de quarentena." PIMentel ressaltou, no entanto, que o regime de câmbio flutuante não será abandonado.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO PIMENTEL ATACA BANCOS E DEFENDE APOIO DO <u>BNDES</u> AO PÃO DE AÇÚCAR		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ministro do Desenvolvimento respondeu a críticas da oposição ao envolvimento do banco estatal na proposta de fusão entre o grupo de Abílio Diniz e a operação brasileira do Carrefour Lu Aiko Otta / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Diante das reações negativas quanto à participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na fusão entre o grupo Pão de Açúcar e a parte brasileira do Carrefour, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, decidiu atacar os bancos brasileiros.

"Tudo seria resolvido se o setor financeiro privado do Brasil fizesse o papel dele, que é financiar o capital brasileiro", reclamou. "Como ele não faz isso, o BNDES tem de atuar."

Ele fez essa afirmação ao final de uma reunião na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, em que a operação foi criticada por parlamentares da oposição. O BNDES informou anteontem que poderá participar com até 2 bilhões na transação, o que representa cerca de R\$ 4,5 bilhões.

"Por que aplicar recursos dessa monta em um setor consolidado como o varejo?", questionou o líder do PSDB na casa, Duarte Nogueira (SP). Ele alertou que a fusão entre as duas redes de supermercado levará à redução da concorrência e provocará desemprego no setor.

O deputado Guilherme Campos (DEM-SP) afirmou que o grupo Pão de Açúcar teria condições de buscar

financiamento no mercado. "Não precisaria de recursos do BNDES." O ministro afirmou, por diversas vezes, que ainda não é certo que o banco estatal entrará no negócio. "Ela está sendo avaliada pela diretoria", disse. "A operação não foi realizada ainda, não há compra de ações por parte do BNDES."

Mérito. Mesmo assim, o ministro defendeu uma eventual participação do banco. "Se a operação vier a ser realizada, ela tem uma importância estratégica", disse. "É a associação de um grande grupo nacional com um ou dois grupos estrangeiros, que abriria uma porta importantíssima para a colocação de produtos brasileiros industrializados no mundo inteiro." Segundo o ministro, esse seria o "grande interesse" do governo na operação.

Pimentel acrescentou que o negócio não está fora dos padrões das demais operações feitas pelo BNDES.

Disse ver "mérito" na proposta, usando a mesma expressão dita anteontem pelo presidente do banco, Luciano Coutinho.

Um eventual prejuízo à concorrência tampouco preocupa o ministro. Ele citou dados das empresas pelos quais a concentração de mercado sob o poder da nova empresa é entre 25% e 30%. "É muito pouco, não acho que haja grande risco à concorrência", comentou.

Duarte Nogueira rebateu os argumentos de Pimentel. "Não estamos internacionalizando o Pão de Açúcar, estamos desnacionalizando-o", afirmou.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO REVISÃO DA FOLHA SALARIAL SERÁ GRADUAL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De acordo com o ministro Fernando Pimentel, desoneração deverá ser iniciada pelos setores considerados mais necessitados

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A desoneração da folha salarial, medida integrante da reforma tributária, será implantada gradualmente, por setores. A informação foi dada pelo ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel. "Primeiro serão atendidos os setores mais necessitados", disse ele durante reunião na Comissão de **Desenvolvimento** Econômico da Câmara dos Deputados.

Risco. O ministro Garibaldi Alves teme oscilação brusca no fluxo das receitas que financiarão as aposentadorias e pensões

A retirada da contribuição patronal ao INSS de 20% sobre a folha salarial, substituindo-a por uma tributação sobre o faturamento, fará parte também da nova política de **desenvolvimento** produtivo que o governo pretende anunciar em julho. Um dos objetivos da mudança é dar mais competitividade às empresas **exporta**doras, que ficarão livres da taxaço. A decisão de fazer uma transição gradual entre a folha e o faturamento atende aos interesses do **Ministério** da Previdência Social, que teme oscilação brusca no fluxo das receitas que financiarão as aposentadorias e pensões.

"E se não tiver dinheiro para pagar? Não adianta querer dizer para a Previdência que se vire", afirmou o ministro da Previdência, Garibaldi Alves. "Quero saber onde estará o dinheiro." Segundo o secretário da Previdência Social, Leonardo Rolim, já ficou acertado com o **Ministério** da Fazenda que a mudança não será feita de uma só vez. Os técnicos estudam uma transição de três anos.

Ainda assim, a Previdência não está 100% convencida sobre as vantagens da mudança. Rolim observou que a contribuição cobrada sobre a folha é uma receita mais estável do que um tributo sobre o faturamento.

Isso porque em momentos de crise as empresas podem faturar menos, mas não necessariamente desempregam.

Garibaldi observou, ainda, que os maiores beneficiados com a mudança são os setores que empregam muito. Porém, as empresas brasileiras, na maioria, são pequenas e médias, que têm quadro de pessoal pequeno. "Nem tudo o que parece acertado é tão pacífico", disse.

No ano passado, a contribuição patronal sobre a folha arrecadou R\$ 93 bilhões, de um total de R\$ 213 bilhões em receitas previdenciárias. Hoje, a Previdência não arrecada o suficiente para honrar suas contas e por isso precisa de aportes do Tesouro Nacional para cobrir o rombo. De janeiro a maio deste ano, foram R\$ 17,8 bilhões. O que a Previdência quer é evitar um desenho que a torne ainda mais dependente.

Rolim explicou que a mudança proposta pelo governo não vai acabar com a contribuição patronal, apenas transferi-la para o faturamento. Ou seja, não será criado um tributo novo. É a contribuição já existente que incidirá sobre uma base diferente. Além disso, as empresas continuarão recolhendo dois tributos sobre a folha: o adicional para trabalho especial (para empregados que trabalham em minas, siderúrgicas e outras áreas insalubres) e o adicional pelo risco de acidente de trabalho.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO CONSUMO DA CLASSE C IMPULSIONA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO PAÍS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DO RIO - Segunda em importância, a indústria de alimentos foi a que mais ganhou participação em 2009.

Passou a corresponder a 14,2% do valor da transformação industrial -indicador similar ao **PIB**. Em 2008, o peso era menor: 12,3%, segundo o IBGE.

Os dados mostram que os ramos de bebidas e de vestuário também avançaram -de 2,8% para 3,4% e de 1,8% para 2,3% entre 2008 e 2009, respectivamente.

Os três foram os que mais ganharam participação na estrutura industrial do país -graças, em boa medida, à expansão do consumo das faixas de renda de menor poder aquisitivo e à ascensão da classe C.

A indústria de alimentos só perde, em participação, para a de refino de petróleo e **produção** de biocombustíveis - 14,9% em 2009, percentual inferior aos 16,3% de 2008.

Segundo o IBGE, o faturamento bruto da indústria atingiu R\$ 2,3 trilhões, inferior aos R\$ 2,4 trilhões de 2008. O motivo da queda é a crise global.

Entre os itens, óleo diesel manteve a liderança no ranking de 2009 -3,6%, seguido por automóveis acima de 1.5 cilindradas (2,4%), veículos até 1.0 cilindradas (2,4%) e minério de ferro (2,2%).

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO GOVERNO PREPARA MEDIDAS PARA O SETOR INDUSTRIAL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE BRASÍLIA - O governo prepara para a segunda quinzena de julho o lançamento de uma política para o setor industrial brasileiro. Segundo o ministro Fernando Pimentel (Desenvolvimento), o chamado PDC (Política de Desenvolvimento da Competitividade) terá como eixo o estímulo à inovação para o avanço da competitividade.

"O Brasil dificilmente conseguirá vencer a competição na área industrial com a China sem investir em inovação."

Segundo o ministro, esse programa poderá fazer com que o Brasil deixe de ter as commodities como principal produto de exportação e eleve as vendas de produtos industrializados. Hoje 50% da pauta de exportações brasileiras é de mercadorias básicas.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO PROIBIDA A VENDA DE APARELHOS ELÉTRICOS COM PLUGUE ANTIGO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A partir de amanhã, só poderão ser vendidos plugues com dois ou três pinos; multa pode chegar a R\$ 1,5 mi
Pinos terão apenas duas espessuras, de 4 ou 4,8 milímetros de diâmetro, conforme a amperagem usada pelos aparelhos

FÁBIO GRELLET

DO RIO

A partir de amanhã, aparelhos elétricos com tomadas fora do padrão estabelecido pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) não poderão ser comercializados. Lojistas flagrados oferecendo esses produtos poderão ser multados em até R\$ 1,5 milhão.

A padronização das tomadas foi determinada pelo órgão em 2000, quando começou o prazo para que os fabricantes se adequassem.

"Até então não havia nenhuma regra, e cada fabricante usava o plugue que bem entendesse. O índice de acidentes, principalmente choques elétricos e incêndios, era muito alto", diz Alfredo Lobo, diretor da Qualidade do Inmetro.

Segundo o órgão, havia mais de 12 tipos de plugues e 8 tipos de tomadas diferentes. A partir de amanhã, só poderão ser vendidos plugues de dois tipos -com dois ou três pinos, conforme a necessidade de isolamento elétrico do aparelho- e com pinos de duas espessuras distintas -4 ou 4,8 milímetros de diâmetro, conforme o aparelho opere com até 10 ampères ou entre 10 e 20 ampères, respectivamente.

"A fiscalização é feita pelo Ipem Instituto de Pesos e Medidas em cada Estado. Há cerca de 700 profissionais em ação", diz Lobo.

PREÇOS CAEM 6%

A regra entrou em vigor primeiro para os fabricantes, e hoje é raro encontrar produtos fora da especificação, afirma Lobo.

Segundo o Inmetro, 741.464 tomadas foram fiscalizadas neste ano e 27.840 (3,75%) estavam irregulares.

Dos 404.325 plugues fiscalizados, 7.634 (1,89%) também estavam fora do padrão. "Até 6% de irregulares é aceitável internacionalmente", diz.

Segundo Lobo, ao restringir a variedade de tomadas, a indústria reduziu os preços em 6%, em média, em relação aos de 2008.

Desde 2006, as novas construções de moradia só recebem o "Habite-se" se tiverem o novo padrão.

Moradias anteriores a 2006 não serão fiscalizadas, mas o Inmetro recomenda trocar as tomadas. "Isso aumenta a segurança do morador."

Também é possível usar adaptadores, que foram certificados e não representam perigo.

Segundo o diretor, só há incompatibilidade entre os plugues novos e as tomadas antigas em cerca de 20% dos casos.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO FUSÃO NÃO TERÁ DINHEIRO PÚBLICO, DIZ GLEISI		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ministra da Casa Civil afirma que presença da BNDESPar na fusão Pão de Açúcar-Carrefour é "ação de mercado"

Fernando Pimentel aponta "importância estratégica para Brasil"; Abílio diz que BNDES faz "serviço à sociedade"

MÁRCIO FALCÃO

ANA CAROLINA OLIVEIRA

DE BRASÍLIA

A ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) disse que "não há recurso público" do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na fusão entre o Pão de Açúcar e o Carrefour. Segundo ela, essa é uma ação de mercado da BNDESPar, braço de participações do banco em empresas privadas, e não passa pelo crivo do governo.

"É uma operação enquadrada pelo BNDES. Não é operação de crédito do BNDES, não tem recurso público envolvido, nem FGTS nem Tesouro. É a BNDESPar que vai fazer isso. É ação de mercado, não tem nada a ver com decisão de governo."

A BNDESPar é uma estatal que opera com receita própria, sem depender da arrecadação tributária. Mas seus resultados afetam o patrimônio público e as receitas do Tesouro com os dividendos pagos por suas empresas.

Para Fernando PIMentel (Desenvolvimento), a fusão será de "importância estratégica para o Brasil". "Isso abriria porta importantíssima para colocar produtos brasileiros no mercado estrangeiro. Vamos ter pela primeira vez, numa

grande cadeia varejista internacional, produtos industrializados brasileiros lá fora."

DINIZ

Em entrevista ao "Jornal Nacional", o empresário Abílio Diniz, do Pão de Açúcar, disse que o BNDES realizou um "serviço à sociedade" ao se dispor a aportar recursos para a fusão entre o grupo e o Carrefour do Brasil. "O BNDES fez um bom negócio, está evitando que o sistema de abastecimento seja totalmente desnacionalizado. Acho que está fazendo um serviço para o consumidor, para a sociedade, para todos os brasileiros."

Um dia após o anúncio da fusão, Diniz participou de reunião, no Planalto, da Câmara de Políticas de Gestão, espécie de consultoria para melhorar a gestão dos serviços públicos.

Diniz disse que o negócio não é ilegal, contrariando comunicado divulgado pelo sócio francês, o Casino. "A companhia é listada em Bolsa, aqui e nos Estados Unidos, há 15 anos. Não tem nada de ilegal."

Deputados e senadores da oposição criticaram a ação do BNDES na operação.

O PSDB apresentou na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados requerimento para que o presidente do banco, Luciano Coutinho, apresente esclarecimentos.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO DILMA QUER PROTEGER <u>MERCOSUL</u> DE “INVASÃO”		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DO ENVIADO A ASSUNÇÃO

A presidente Dilma Rousseff defendeu ontem em Assunção, no Paraguai, uma regulação dos mercados do Cone Sul que os preserve de invasão estrangeira.

Em cúpula dos países do bloco, Dilma repisou proposta apresentada pelo ministro Guido Mantega (Fazenda), afirmando que o Mercosul precisa reequilibrar o atual cenário comercial, marcado cada vez mais pela presença de produtos chineses.

A presidente defendeu a adoção de medidas protecionistas contra a invasão não apenas de mercadorias da China, mas também dos EUA.

Segundo ela, produtos estrangeiros que não ocupam espaço nos mercados de seus próprios países vêm para a América do Sul, prejudicando a indústria local.

"Temos que cuidar dos mercados que servem de estímulo para o nosso crescimento e agregar valor aos nossos produtos", disse.

A proposta apresentada pelo Brasil ainda será discutida. Segundo Mantega disse à Folha, a ideia é aumentar o número de produtos não tarifados no Mercosul, com o objetivo de encarecer a importação estrangeira, favorecendo, assim, o comércio dentro do bloco.

No encerramento da 41ª cúpula de presidentes do Mercosul, ontem, o Paraguai transferiu para o Uruguai a presidência temporária do bloco comercial.

A adoção de barreiras comerciais, um dos maiores entraves do Mercosul e causa de recente atrito entre Brasil e Argentina, não foi discutida.

"As pessoas ficam doentes", limitou-se a responder Dilma sobre a ausência de Cristina Kirchner, com quem iria se encontrar para tratar do tema. A presidente argentina cancelou a viagem para o Paraguai por causa de uma lesão na testa. (LUCAS FERRAZ)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO DILMA PROPÕE QUE <u>MERCOSUL</u> ADOTE MECANISMOS PARA CONTER IMPORTAÇÕES		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Reuters, de Luque (Paraguai)

A presidente Dilma Rousseff propôs ontem ao Mercosul o aumento da proteção comercial contra o aumento de importações, numa tentativa de conter a entrada de produtos baratos da Europa, Ásia e Estados Unidos em uma região de rápida expansão.

A proposta, levada pelo Brasil à Comissão de Comércio do bloco, que também é formado por Argentina, Paraguai e Uruguai, será discutida nas próximas semanas e permitirá que cada país eleve individualmente seus tributos de importação de bens não pertencentes à zona, de acordo com uma autoridade do governo brasileiro.

"Nós, países do Mercosul, devemos estar bem atentos ao que se passa no mundo. Nesse momento de excepcional crescimento da região, identificamos que alguns parceiros de fora buscam nos vender produtos que não encontram mercado no mundo rico", disse Dilma, em sua primeira participação numa cúpula do Mercosul desde que tomou posse, em janeiro.

Chanceleres e ministros de Comércio e Economia do bloco, reunidos no Paraguai desde terça-feira, expressaram preocupação pela perda de competitividade da economia regional por uma apreciação de suas moedas, o que estimula as importações.

Dilma disse que o Mercosul precisa "avançar no desenvolvimento de mecanismos comunitários que venham reequilibrar a situação" e pediu que a Comissão de Comércio do bloco aprove a proposta do Brasil até dezembro, quando chegará ao fim o semestre de presidência uruguaia no Mercosul, que começa a partir da atual cúpula.

As economias do Mercosul voltarão a crescer este ano acima da média mundial, com taxas que oscilarão entre 4%, no caso do Brasil, até 7% ou mais, no caso da Argentina - nível mais moderado em comparação com o crescimento de 2010.

"Os países em desenvolvimento na América Latina, neste contexto, têm um desempenho muito mais dinâmico, mas temos sofrido as consequências do excesso de liquidez produzido pelos países ricos, que compromete nossa competitividade e tem sido o principal fator responsável pelas pressões inflacionárias existentes", disse Dilma.

Além da presidente brasileira, também participaram da reunião do Mercosul, no Paraguai os chefes de Estado de Equador e Uruguai. A presidente argentina, Cristina Kirchner, não viajou por recomendação médica.

O presidente do Uruguai, José Mujica, que falou depois de Dilma, pediu que as companhias brasileiras, as maior fortes da região, cooperem para ajudar a desenvolver seus sócios. "O Brasil não tem culpa de ser tão grande, nem nós temos culpa de sermos tão pequenos. Isso se arruma multiplicando os atores", disse Mujica.

Na opinião de Dilma, as assimetrias entre os sócios devem ser enfrentadas com a execução de "projetos de grande relevância". "Precisamos promover maior integração de nossas cadeias produtivas, estimulando parcerias entre as empresas da região, sobretudo as de pequeno e médio porte", afirmou a presidente.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO PARA PIMENTEL, SIDERÚRGICAS DO <u>Brasil</u> DEVERIAM BAIXAR PREÇO DO AÇO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Caio Junqueira | De Brasília

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, criticou ontem os preços cobrados pelo setor siderúrgico nacional e afirmou que é necessário haver uma revisão. "Um desenho que permite margens muito altas em um insumo tão importante como o aço não é adequado para uma economia como a brasileira. Então nós, de alguma forma, precisamos fazer com que esse setor pratique margens mais correspondentes com a média internacional."

Pimentel ressaltou, porém, que o governo não tem interesse em impor preços. "Não queremos, o governo não tem e não deve ter a intenção de arbitrar lucro de ninguém. Não é essa a função do governo em uma sociedade democrática e em uma economia de mercado."

Para o ministro, há uma "sucessão de erros" que acabam elevando a cotação do produto. "O aço não é caro só por causa do tributo, mas também porque a energia brasileira é muito cara."

O ministro fez esses comentários durante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, durante a qual também criticou a carga de tributos. "Um problema grave desse país é que a nossa estrutura tributária não é adequada para uma economia do tamanho e da complexidade da brasileira. Não estou falando somente de carga tributária. Não é questão de ser alta, o problema é que é mal distribuída e mal colocada para um país com as demandas que tem hoje".

Segundo Pimentel, em outros tempos o país sustentou seu crescimento econômico tributando pesadamente insumos

básicos, o que não era um problema para a época. Hoje, contudo, com nível de desenvolvimento mais avançado, a manutenção desse sistema é classificada por ele como um "erro grave". "Crescemos tributando combustível, energia elétrica, telecomunicações. Temos as tarifas mais altas do mundo nesses segmentos e se você compara com a estrutura tributária dos países desenvolvidos é um contrassenso. O gás brasileiro é quatro vezes mais caro que o gás americano. E se for ver, a composição é em função da tributação. Então isso tem que mudar."

Pimentel defendeu a existência de uma tributação na ponta da cadeia produtiva, e não no início, o que ocorre atualmente com o acúmulo de impostos nos insumos. Disse ainda haver necessidade de mudanças no ICMS. "Da forma como é praticado é um entrave para a competitividade das empresas. Não é possível conviver com 27 legislações diferentes de ICMS com alíquotas diferenciadas e que em muitos casos incentivam muito mais a importação do que a produção local."

Até o fim de julho, segundo o ministro, a presidente Dilma Rousseff deverá apresentar um novo plano de incentivos ao setor produtivo, com foco na inovação e na incorporação pelas empresas de conteúdos tecnológicos. E adiantou que terão prioridade nesse novo plano do governo os produtos e pesquisas em setores que já estão sendo desenvolvidos e que o governo considera inovadores.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE		EDITORIA
	TÍTULO MERCOSUL BUSCA UNIÃO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Norberto Duarte /AFP

Dilma Rousseff com o paraguaio Lugo: apelo ao aumento de importação

Em sua primeira participação na cúpula de presidentes de Estados do **Mercosul**, Dilma Rousseff defendeu uma proposta prática para proteger o aumento temporário de importações de países fora do bloco. Mesmo sem a presença da presidente argentina, Cristina Kirchner, os líderes do Brasil, de Paraguai e do Uruguai tentaram avançar nas negociações comerciais para o bloco econômico, que tomou cada vez mais formas políticas em seus 20 anos de existência. O paraguaio Fernando Lugo e o uruguaio José Pepe Mujica pediram maior atenção à política de livre circulação e equilíbrio na integração regional.

A livre circulação de mercadorias e a importação de outros países marcaram os debates na cúpula em Assunção. Dilma Rousseff apresentou em seu discurso uma resolução sugerida pelo Brasil que pode restringir a entrada de produtos estrangeiros no bloco. "Nos países do **Mercosul**, nós devemos estar bem atentos ao que se passa no mundo. Nesse momento de excepcional crescimento da região, identificamos que alguns parceiros de fora buscam vender-nos produtos que não encontram mercado no mundo rico. Para essa questão específica, precisamos avançar no desenvolvimento de mecanismos comunitários que venham a reequilibrar a situação", disse a presidente brasileira.

O presidente paraguaio pediu a garantia de livre circulação no bloco, que na prática está longe de ser uma realidade. Apesar de a relação econômica entre os quatro países ser bastante regular, a Argentina vive cercada de polêmicas por criar barreiras para a entrada de produtos, especialmente paraguaios e brasileiros.

"Precisamos garantir o livre acesso aos nosso mercados e o fortalecimento do nosso bloco. As travas e os obstáculos vão retardar o clamor de nossos povos por um desenvolvimento. A livre circulação é o pilar que vai conseguir eliminar as nossas assimetrias", discursou Lugo.

Mujica afirmou que a integração é um desafio, mas defendeu o equilíbrio das relações. "A mensagem do **Mercosul** é a unificação no marco da economia. Isto não surgiu para fazer um projeto congelado, mas um caminho de ajuda", afirmou. O presidente do Equador, Rafael Correa, também participou da reunião como convidado e defendeu uma moeda única. "América Latina pode financiar seu desenvolvimento e ter seu próprio fundo monetário. A região tem garantia e liquidez em fundos suficientes. É preciso aprovar o Banco do Sul e um sistema de compensação para o comércio. Em vez do dólar, usar outra moeda para não ter que transferir milhões de dólares aos EUA", disse.